

A CULTURA PODE SER UM OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO?

"(...) aumentou minha convicção de que mais do que qualquer dos numerosos fatores que influenciam o desenvolvimento dos países, na maioria dos casos é principalmente a cultura que explica por que alguns se desenvolvem mais rápida e homogênea que outros."

Lawrence Harrison

"De subfator secundário, de longínqua e negligenciável consequência, as mentalidades tornar-se-ão o centro em torno do qual tudo gravita: motor essencial do desenvolvimento, ou obstáculo intransponível."

Alain Peyrefitte

O estudo dos traços culturais como condição favorável ou como obstáculo ao desenvolvimento econômico não é recente. Os autores atuais estão apenas retornando ao assunto, diante dos resultados decepcionantes de muitos modelos, explicações e receitas economicistas propagadas e adotadas pelo mundo afora. Na verdade, a preocupação com a importância da cultura, particularmente da religião, como fator positivo ou negativo do crescimento econômico, é bastante antiga. Amintore Fanfani¹, em *Catolicismo y protestantismo en la genesis del capitalismo*, cuja edição original foi publicada em 1944, registra que o inglês William Temple abordou o problema em suas *Observations upon the United Provinces of Netherland*, em fins de 1673. Em 1682, William Pety explicava a maior prosperidade que os

CÉSAR GARCIA*
RESUMO

A cultura tem grande importância como fator de desenvolvimento, mas pode ser também um obstáculo. Este assunto pode ser encontrado em escritos do século XVII, embora seu estudo mais fecundo seja aquele elaborado por Max Weber no início do século XX. Recentemente, diante do fracasso de muitos modelos economicistas, vários autores vêm retomando a questão para explicar especificamente o atraso da América Latina. No Brasil, as tentativas de definição de uma caracterização nacional feitas nos séculos XIX e XX, apesar de evitadas de preconceitos, ajudam a refletir sobre a compatibilidade entre nossa cultura e as exigências do desenvolvimento econômico. Resta saber como poderíamos promover mudanças em nossa cultura, removendo os obstáculos e estimulando valores, crenças e atitudes favoráveis à prosperidade.

ABSTRACT

Culture has great importance as a factor of development but can also be a hindrance to it. This theme can be found in writings from the seventeenth century but the most fruitful studies on it were carried out by Max Weber in the beginning of the twentieth century. Recently, in view of the failure of many economist models, many authors have been reexamining this issue to specifically explain the backwardness of Latin America. In Brazil, the attempts at defining a national character made in the nineteenth and twentieth century, although full of prejudices, help us to reflect on the compatibility between our culture and the demands of economic development. It remains to know how we could advance changes in our culture, removing the obstacles and fostering values, beliefs and attitudes favorable to prosperity.

* Professor Adjunto de Economia do Departamento de Letras e Ciências Humanas da UFRPE, Mestre em Planejamento Econômico pela Universidade de Antuérpia.

protestantes de seu tempo alcançavam na Irlanda católica. A obra que ficou, porém, como marco de referência do início deste debate é sem dúvida o estudo de Max Weber publicado em 1904-1905, com o título *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. A partir de então, todos os autores que examinaram a questão referem-se a esse trabalho seja para criticá-lo seja para nele buscar apoio.

Baseado em uma pormenorizada análise dos ensinamentos dos reformadores, particularmente de Calvino e dos puritanos, Weber afirma que o protestantismo ascético teve grande importância no desenvolvimento do capitalismo:

A gênese desse tipo de vida remonta também, como tantos outros traços do moderno espírito capitalista, à Idade Média, mas foi só na ética do protestantismo

ascético que ele encontrou seus fundamentos morais mais consistentes. Seu significado no desenvolvimento do capitalismo é óbvio. Esse ascetismo secular do protestantismo - por essa denominação é que podemos resumir o que dissemos até agora - opunha-se, assim, poderosamente, ao espontâneo usufruir das riquezas, e restringia o consumo, especialmente o consumo do luxo. Em compensação, libertava psicologicamente a aquisição de bens das inibições da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia de lucro, com o que não apenas a legalizou, como também a considerou (no sentido aqui exposto) como diretamente desejada por Deus. A luta contra as tentações da carne e a dependência dos bens materiais era - como, aliás, os puritanos e também o grande apologista do quakerismo, Barclay, textualmente afirmava - não uma campanha contra o enriquecimento, mas contra o uso irracional da riqueza (Weber, 2001, p.122).

Weber tinha em mente a figura do empresário capitalista inteiramente dedicado ao aumento de sua riqueza, mas não ao uso de seus benefícios. Alguém que encarava seu trabalho como uma vocação e que era motivado apenas pela preocupação com o futuro de seus filhos e netos ou apenas com o cumprimento de seu dever. Mas a importância da religião na criação do ambiente propício ao desenvolvimento estava também no seu poder de impor um comportamento adequado aos trabalhadores.

O poder da ascese religiosa, além disso, punha à sua disposição trabalhadores sóbrios, conscientes e incomparavelmente industriais, que se aferravam ao trabalho como a uma finalidade de vida desejada por Deus. Dava-lhe, além disso, a tranqüilizadora garantia de que

a desigual distribuição da riqueza deste mundo era obra especial da Divina Providência, que, com essas diferenças, e com a graça particular, perseguia seus fins secretos, desconhecidos do homem (Weber, 2001, p. 127).

Embora os calvinistas acreditassem que só seriam salvos aqueles predestinados por Deus, seu fatalismo não os levava à inação simplesmente porque nenhum deles acreditava ter sido condenado previamente por Deus. Os condenados eram os outros. Era fácil crer que Deus dava alguns sinais de sua escolha, e a prosperidade tinha tudo para ser um desses sinais. Este ambiente ético-religioso teve grande importância no desenvolvimento das atividades econômicas quando a disciplina, a dedicação, a sobriedade e a poupança eram fundamentais para a construção das bases do capitalismo moderno. Dois séculos depois, quando o alto nível de consumo tornou-se possível, já não são aqueles valores que predominam pelo simples fato de não serem mais necessários. O próprio Weber constatou:

(...) nos Estados Unidos, a procura da riqueza, despida de sua roupagem éticoreligiosa, tende cada vez mais a associar-se com paixões puramente mundanas, que freqüentemente lhe dão o caráter de esporte (Weber, 1967, p. 131).

As igrejas perderam seu poder e restringiram seu campo de influência. Já não se pode atribuir-lhes um papel fundamental no processo de crescimento dos países ricos nem sua fraqueza ou ausência deve ser vista como explicação para o atraso econômico de outras áreas do mundo. No entanto, isto não invalida a preocupação com outros setores da cultura que podem ter relação com as chances de desenvolvimento de um país.

Para começar com um aspecto objetivo, é inegável que o nível de instrução está estreitamente associado ao desempenho de um agente econômico, seja ele empreendedor, seja

trabalhador, já que hoje, as tarefas mais simples são orientadas por instruções escritas em embalagens, manuais e folhetos. Pode-se cair num círculo vicioso: o país não se desenvolve porque não tem instrução; não tem instrução porque é pobre. Mas a segunda afirmativa nem sempre é verdadeira. No caso do Brasil, o nível de instrução é baixo porque no passado não houve quem percebesse com antecedência a importância da instrução, ou, melhor dizendo, da educação fundamental, mesmo na óptica dos interesses predominantes. O povo, por seu lado, na ânsia de satisfazer necessidades imediatas, tampouco percebeu a tempo a importância da educação, do aprendizado, da escola. Frequentemente negligenciou o cuidado necessário para que os filhos menores permanecessem na escola. Até mesmo por parte dos próprios jovens, com idade suficiente para compreender a necessidade da preparação para a vida adulta, não houve e ainda não há, para uma boa parte, uma percepção clara da importância do colégio e até da universidade para suas vidas e muito menos para o desenvolvimento do país. Em vinte anos de docência, sempre precisei lembrar aos alunos que eles estão desperdiçando, a cada dia, oportunidades de adquirir conhecimentos úteis para suas vidas quando se distraem durante a aula, quando não participam dos debates, quando não lêem os textos indicados. Boa parte dos adolescentes e dos jovens brasileiros ainda não assimilou suficientemente a idéia de que a educação e o preparo profissional são o único caminho para a integração na sociedade.

Caberia perguntar: de onde vem esta despreocupação com o futuro? Para responder a esta questão teremos que entrar no delicado terreno do estudo da cultura predominante no país. Quando se tenta caracterizar um povo, corre-se o risco de cair em preconceitos. Há evidentemente diferenças culturais entre os países, mas nem sempre é fácil descrever com segurança os traços de comportamento que predominam em cada um. Os indivíduos comportam-se diferentemente segundo a classe

a que pertencem e, com o passar do tempo, também ocorrem mudanças que atingem a todos.

Com relação ao Brasil, muitos autores correram este risco e publicaram trabalhos que, embora tenham feito sucesso em seu tempo, tornaram-se inaceitáveis para os dias de hoje. Dante Moreira Leite (1927 - 1967), psicólogo paulista, autor de *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*, faz a crítica do que disseram os principais autores sobre o assunto, particularmente: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Manoel Bomfim, Alberto Torres, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Viana Moog e Caio Prado Júnior. Em todos o autor aponta preconceitos e ranços ideológicos. Cada um baseou-se nas teorias predominantes em seu tempo e assim aplicaram aos brasileiros, adjetivos (bons ou maus) que hoje nenhum autor sério aplicaria. Vale a pena apreciar a longa lista elaborada por Dante Moreira Leite.

Sílvio Romero: (características psicológicas do brasileiro): apático, sem iniciativa, desanimado, imitação do estrangeiro (na vida intelectual), abatimento intelectual, irritabilidade, nervosismo, hepatismo, talentos precoces e rápida extenuação, facilidade para aprender, superficialidade das faculdades inventivas, desequilibrado, mais apto para queixar-se que para inventar, mais contemplativo que pensador, mais lirista, mais amigo de sonhos e palavras retumbantes que de idéias científicas e demonstradas.

Afonso Celso: (características psicológicas do brasileiro): sentimento de independência, hospitalidade, afeição à ordem, à paz e ao melhoramento; paciência e resignação, doçura, longanimidade e desinteresse, escrúpulo no cumprimento das obrigações contraídas, caridade, acessibilidade, tolerância (ausência de preconceitos), honradez (pública e particular), falta de iniciativa, falta de decisão, falta de firmeza, pouca diligência, pouco esforço. Nos mestiços: energia, coragem, iniciativa, inteligência, imprevidência, despreocupação com o futuro.

Euclides da Cunha: Paulista: aventureiro, rebelde, libérrimo. Indígena: inapto ao trabalho, rebelde, impulsividade. Vaqueiro: bravo, destemeroso, resignado, tenaz, fixação ao solo, impulsividade, apego às tradições, sentimento religioso levado ao fanatismo, honra, audacioso, forte.

Artur Ramos: culto da palavra, culto do doutor, caça a diploma, primarismo, autodidatismo, narcisismo, culto das coisas concretas, culto dos totens estrangeiros.

Afonso Arinos de Melo Franco: interesse por sexo, imprevidência, dissipação, despreço pela terra, salvação pelo acaso, amor à ostentação, desrespeito à ordem legal.

Manoel Bomfim: parasitismo, perversão do senso moral, horror ao trabalho livre, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, instintos agressivos, conservantismo, falta de observação, resistência, sobriedade, tibieza, intermitência de entusiasmo, desfalecimentos contínuos, desânimo fácil, tendência à lamentação, facilidade na acusação, inadvertência, ausência de vontade, inconstância no querer, hombridade patriótica, poder de assimilação social. Mestiços: indolentes, indisciplinados, imprevidentes, preguiçosos.

Paulo Prado: tristeza, erotismo, cobiça, romantismo, individualismo desordenado, apatia, imitação.

Gilberto Freyre: sadismo no grupo dominante, masoquismo nos grupos dominados, animismo, crença no sobrenatural, gosto por piadas picantes, erotismo, gosto da ostentação, personalismo, culto sentimental ou místico do pai, 'maternismo', simpatia do mulato, individualismo, interesse intelectual, complexo de refinamento.

Cassiano Ricardo: mais emotivo, mais coração que cabeça, mais propenso a ideologias

que a idéias, detesta a violência, menos cruel, menos odioso, bondade, individualismo.

Sérgio Buarque de Holanda: culto da personalidade, falta de hierarquia, desordem, ausência de espírito de organização espontânea, inquieto e desordenado, ânsia de prosperidade sem custo, de posição e riqueza fáceis, 'aventureiro', inteligência como ornamento e prenda, cordialidade, individualismo.

Fernando de Azevedo: afetividade, irracionalidade, misticismo, sensibilidade, imaginação, religiosidade, resignado, dócil, submisso, bondade, reserva, desconfiança, sobriedade, imprevidência, inteligência superficial e brilhante, individualismo, sentimento democrático, tendências igualitárias, altruísmo, sentimentalidade, generosidade, pacífico, hospitaleiro, tolerante, intuitivo.

Viana Moog: apego ao passado europeu e português, desconfiança, medo do ridículo, exibição do sofrimento, reserva na expressão da felicidade, mania de doenças, desamor ao trabalho orgânico, sem profundidade religiosa, ausência de iniciativa, de organização, de cooperação, o 'trabalho como labéu infamante', vaidade, pedantismo, 'suficiência', valorização de triunfo através de habilidade, intriga, cálculo e astúcia, delicadeza ou jeito, suscetibilidade, imaturidade emocional, discriminação racial, despreocupação dos aspectos morais da vida, desprezo das virtudes econômicas, procura de riqueza rápida.

Deixo ao leitor a constatação das contradições. Chama atenção, contudo, a ausência dos adjetivos alegre e informal, pois, hoje em dia, inegavelmente, estas duas qualidades fazem parte da imagem difundida do país. Apesar de enfrentar duras dificuldades em casa, no bairro, no transporte, no trabalho ou no desemprego, o povo brasileiro expressa alegria através do gosto pela festa, pela dança e pela música. Quanto à informalidade, é fácil constatar-la na roupa, na linguagem,

no tratamento com os desconhecidos e, muito particularmente, com os professores, nos colégios e nas universidades.

Quando Ary Barroso chamou o Brasil de terra de samba e pandeiro, fez um elogio e não uma crítica. A alegria não pode ser considerada prejudicial à prosperidade. É uma qualidade positiva que nos orgulha. No entanto, quando fora de hora ou de lugar, quando inverte as prioridades, interrompendo o trabalho ou negligenciando os horários, deixa de ser uma virtude, pois dá lugar ao imediatismo e ao desprezo pelo futuro. A informalidade pode ser simpática, sobretudo quando significa uma adaptação ao clima. Torna-se, porém, um mal quando descamba para o desrespeito, para a falta de seriedade em ambientes de trabalho ou de devoção.

Que fazer?

Os economistas garantem: para haver crescimento econômico deve haver investimento; para haver investimento, tem que haver poupança. E os antropólogos afirmam: o hábito de poupar é determinado pelo modo como a população encara o futuro. Onde predomina o cuidado com o futuro, a taxa de poupança alcança 30% como já aconteceu no Japão, na Coreia e na China. Mesmo com uma taxa de juro próxima de zero, os japoneses preferem manter seu estilo frugal e deixar o dinheiro guardado para se prevenir contra dificuldades mais tarde. Onde a população prefere consumir, desprezando juros em torno de 25%, o imediatismo impede que a poupança ultrapasse os 15% da renda nacional. Com tão débil disposição para poupar, recorre-se à poupança externa, ou seja, aumentam a dívida externa e a desnacionalização de empresas.

Além da disposição para poupar, muitas outras características culturais são necessárias.

O desenvolvimento sustentado exigirá que crenças, atitudes e valores produtivos

se espalhem entre trabalhadores, entre instituições como igrejas e universidades, e finalmente pela sociedade civil. Do contrário, faltará apoio para políticas de aumento da produtividade que desafiem direitos adquiridos. (Porter, 2002, p.63).

Que seriam, no entanto, "crenças, atitudes e valores positivos"? Aqui, entramos num terreno também pouco seguro. Até agora, havíamos considerado dois fatores culturais bastante objetivos e até mensuráveis: o nível de instrução e a propensão à poupança, como dizem os economistas. "Crenças, atitudes e valores", contudo, são componentes da visão do mundo que orientam o comportamento humano, percebidos de forma variada por diferentes observadores. É natural que daqui em diante o consenso seja mais difícil, mas não podemos recuar. O exame já realizado por alguns autores nos fornece clareza suficiente para a continuidade do debate sem grandes riscos.

Nossa hipótese é que definitivamente a mola do desenvolvimento reside na confiança depositada na iniciativa pessoal, na liberdade empreendedora e criativa - numa liberdade que conhece suas contrapartidas, seus deveres, seus limites, em suma, sua responsabilidade, ou seja, sua capacidade de responder por si mesma (Peyrefitte, 1999, p. 32).

Quer se trate de instituir a democracia, quer se trate de consolidar uma economia de mercado, o principal fator de sucesso é o estabelecimento da confiança no interior, confiança no exterior (Maurice Allais, apud Peyrefitte, 1999, p. 449).

Weber chamou de 'publicana' a corrente religiosa (essencialmente a católica romana) que mostrou preferência pelos

pobres, e de 'farisaica' a corrente que preferiu os ricos e os bem-sucedidos (essencialmente a protestante).

Onde a religião publicana é dominante, o desenvolvimento econômico será difícil, porque o pobre se sentirá justificado em sua pobreza, e o rico se sentirá desconfortável porque enxergará a si próprio como pecador. Em comparação, os ricos nas religiões farisaicas comemoram seu sucesso como prova da bênção divina, e os pobres têm um forte incentivo para melhorar sua condição de vida, pela acumulação e pelo investimento" (Grondona, 2002, p. 93).

Começando com esta observação sobre as religiões, Mariano Grondona, professor da Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Buenos Aires, aponta mais dezenove fatores culturais do desenvolvimento. Sua conclusão, como ele mesmo diz, é "controvertida: em última análise, desenvolvimento e subdesenvolvimento não são impostos a uma sociedade de fora para dentro; é a sociedade que escolhe o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento". Vale a pena relacionar alguns fatores:

- fé no indivíduo, na sua criatividade, e na sua capacidade de trabalho;
- o imperativo moral: leis e normas que não exigem o impossível são obedecidas; do contrário, predominam a imoralidade furtiva e a hipocrisia generalizada;
- o conceito de riqueza: aquilo que ainda não existe e que será criado nos promissores processos de inovação;
- a competição: ela é fundamental para o sucesso da empresa, do político, do intelectual, do profissional. Sua condenação leva à inveja e ao sonho de uma igualdade utópica;
- a noção de justiça: é preciso pensar nas gerações futuras e não apenas nos que estão vivos; só assim é possível reduzir o consumo e aumentar a poupança;

- o valor do trabalho: o trabalho deve estar no topo da escala de prestígio;

- o papel da heresia: a mente indagadora é a que cria a inovação e esta é o motor do desenvolvimento;

- a educação: nos sistemas de valores resistentes ao desenvolvimento, a educação é um processo de transmissão de dogmas, produzindo conformistas e seguidores;

- a pontualidade, a cortesia e o asseio: hábitos valorizados nas sociedades avançadas;

- o futuro imediato: é o único tempo para o qual se pode planejar;

- a racionalidade: o mundo moderno se caracteriza pela ênfase na racionalidade. O progresso é a consequência de uma vasta soma de pequenas realizações;

- autoridade: nas sociedades racionais, o poder vem da lei e não de um caudilho ou de um deus irascível e imprevisível;

- visão do mundo: o mundo é um cenário para a ação e não o resultado de forças misteriosas e irresistíveis;

- a salvação: o símbolo da visão católica é o monge; o da visão protestante é o empresário;

- o otimismo: o otimista não é aquele que espera a sorte ou os favores dos poderosos mas o que faz o necessário para assegurar um destino melhor;

- a democracia: o poder político deve ser disperso por diferentes setores e a lei é suprema.

Esta lista pode ser alongada a partir do conhecimento das diversas realidades, mas o que interessa no momento é imaginar as formas de ação que podem alterar essas características culturais de um país, de uma região ou até de uma cidade, visando a uma maior compatibilidade entre a cultura predominante e a prosperidade econômica. Deixemos de lado a discussão sobre a legitimidade da proposta - debate tão caro aos adeptos do relativismo cultural. Devemos examinar o que está sendo ensinado nas escolas, colégios e universidades; nas famílias, na televisão e nas igrejas. Fundamentalmente,

é preciso saber se as crianças e os jovens estão sendo estimulados a assumirem a responsabilidade sobre seu futuro ou se estão aprendendo apenas que os políticos não prestam, que os problemas brasileiros não têm solução, que a origem disso tudo está na colonização e que somos dominados pelo capital estrangeiro.

Este diagnóstico - certo ou errado - leva ao pessimismo, à baixa auto-estima, à inação, e, o que é pior: justifica a atitude passiva e o ressentimento improdutivo uma vez que a fonte de nossas desgraças estaria fora do nosso ambiente temporal e espacial. Não seria melhor deixá-lo de lado ainda que contivesse alguma verdade?

Uma agenda de valores positivos deveria existir no setor público e nas empresas, particularmente nos setores formadores de opinião (escolas, colégios, meios de comunicação etc). A insistência exclusiva na luta por mais direitos supõe que tudo já está construído e que alguém deve ceder parte do que está em suas mãos em benefício de outros menos afortunados. Ora, um país como o Brasil, com seu vasto território e sua grande população, tem que se considerar bastante atrasado em seu processo de construção e a luta por uma melhor distribuição do produto deve ser orientada justamente por um esforço conjunto em torno de um projeto comum. Pode parecer contraditório, mas o projeto comum é a prosperidade de cada indivíduo. Quando cada brasileiro desejar sua própria prosperidade, o país estará pronto para acelerar seu crescimento. Deixo de lado conscientemente a discussão sobre as noções de prosperidade ou desenvolvimento econômico. Creio haver consenso em torno de aspirações tais como saúde, conforto, liberdade, educação, segurança e justiça. Para haver desenvolvimento, no entanto, não basta adotar uma política econômica adequada ou promover uma maior entrada de poupança externa; é indispensável que todos desejem alcançar uma vida melhor a partir de seus próprios talentos. O desenvolvimento é o resultado do esforço de cada indivíduo. Sejam empresários, sejam empregados,

sejam autônomos, todos têm um potencial a ser revelado, a ser externado. Cada membro da sociedade (inclusive as crianças) pode fazer melhor o que vem fazendo. Nisto não há nenhum esquecimento da miséria em que se encontra boa parte da população, pelo contrário; é o único caminho para uma situação melhor. Vivemos como se, um dia, alguém viesse salvar-nos. Basta observar o comportamento de importantes grupos que chegam ao sistema de ensino, a única chance que têm para garantir dias melhores. Desprezam oportunidades e se queixam da qualidade do ensino; criticam tudo e nada fazem de concreto para melhorar o ambiente em que atuam. Esperam tudo do Estado, do Poder Público, sem pensar que os recursos do Estado saem dos bolsos dos cidadãos. Sem considerar que quanto maiores forem as reivindicações por mais serviços públicos, maiores serão os impostos. Parecem sonhar com uma situação em que tudo fosse provido por este ente todopoderoso, ao preço da renúncia às suas próprias preferências, à sua individualidade, à diversidade de escolhas, sem mercado, sem dinheiro, sem opinião, sem gosto. Uns, movidos por ideologias mal assimiladas; outros, ainda vítimas da herança maldita da escravidão; passivos, céticos em relação as suas próprias forças. Esta gente precisa despertar e assumir a responsabilidade pelo seu próprio destino, o que vale dizer, pelo destino do Brasil.

Notas

¹ Para o acesso a este autor fundamental no estudo da questão, recorri à biblioteca do meu caro amigo, professor Eduardo Diatahy B. de Menezes, a quem consigno aqui os meus agradecimentos.

Referências Bibliográficas

FANFANI, Amintore. *Catolicismo y protestantismo en la genesis del capitalismo*. Madrid: Ediciones Rialp, 1953.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2001.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Ática, 1968.

BARROSO, Ary. *Aquarela do Brasil*, CD João Gilberto, Coleção Mestres da MPB.

PORTER, Michael E. "Atitudes, valores, crenças e a microeconomia da prosperidade". In: *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PEYREFITTE, Alain. *A sociedade de confiança*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1999.

GRONDONA, Mariano. "Uma tipologia cultural do desenvolvimento econômico". In: *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HARRISON, Lawrence. *Subdesenvolvimento é um estado de espírito. A questão latino-americana*. Rio de Janeiro: Record.